

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, n^{os} 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

têm nas mãos toda a parafernália das luzes da (má) política e dos (maus) média para nos convencerem de que não temos alternativas à visão limitada da “sua” crise – crise financeira e económica de um sistema que cada vez mais evidencia sinais da morte que os/as domina.

Quais feiticeiros de Oz, esses homenzinhos, atrás da grande máquina do espetáculo de luzes, parecem desconhecer qualquer encontro de prazer com a vida, insistindo em criar limites à nossa (sua) própria humanidade. Porém, essa humana ausência de limites, celebrada ao longo de toda a Idade Média – da dança macabra ao Carnaval –, ecoa ainda na permanência deste último (surtem medidas para o eliminar) e nos bakhtinianos processos de carnavalização que alguma arte contemporânea trabalha. E que dizer desses ecos na festa como forma recente de participação em processos de combate social? Movemo-nos e o encontro (com o outro e/ou a alternativa) é lei.

Graça Capinha

Financeirização

Conceito cunhado pela economia política para designar a mais importante transformação estrutural do capitalismo desde a crise da década de 1970: a crescente influência dos mercados financeiros (dos seus atores, processos, e produtos) na atividade das famílias, empresas e economias. Estes mercados expandiram-se de um modo extraordinário com a emergência de instituições dedicadas à criação e transação de complexos produtos financeiros a que se atribuíam obtusos acrónimos. Em 2007, o valor total dos ativos financeiros superava o PIB mundial em três vezes e meia.

Este processo está intimamente ligado às políticas neoliberais de privatização dos bancos, de abolição dos controlos de capitais e de desregulamentação e descompartimentação dos mercados financeiros. Para além do aumento das crises financeiras, face ao período dito de “repressão financeira” do pós-guerra, podemos assinalar outros padrões perversos.

Uma aliança entre gestores e acionistas impacientes forçou as empresas a levar a cabo estratégias de curto prazo de valorização das suas ações, fortemente parasitárias do investimento produtivo de longo prazo. Esta pressão contribuiu para uma quebra dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional em muitos países desenvolvidos e para um aumento das desigualdades. Num contexto que é também de retração da provisão pública, os trabalhadores ficaram mais dependentes do sistema financeiro. O acesso a

muitos bens passou a exigir a intermediação do setor financeiro como credor, ou mesmo como fornecedor (caso dos fundos de pensões). O resultado foi o galopante crescimento do endividamento das famílias. Embora este processo tenha sido mais intenso nos EUA e no Reino Unido, os seus efeitos depressa se alastraram à economia global, quer pela integração dos mercados financeiros, quer pelo impacto recessivo das economias financeirizadas sobre as restantes face à quebra da procura internacional e à contração de meios de financiamento.

Ana Cordeiro Santos

Flexibilidade

O conceito de flexibilidade do mercado de trabalho, da legislação laboral, das relações de trabalho em geral, parte do pressuposto de que a rigidez, associada à proteção legal, dificulta o crescimento económico e o aumento da competitividade. A fixação do cânone da flexibilidade tem decorrido de um processo reformador institucionalizado desde a década de 1980, e acentuado no quadro da atual crise, através das propostas e estratégias de emprego sustentadas pela OCDE, Banco Mundial e FMI, BCE e União Europeia.

É possível identificar três registos nesta discussão. O primeiro, o dos defensores da dimensão social do trabalho e das relações laborais, para os quais o “trabalho não é uma mercadoria” e, por essa razão, os trabalhadores carecem de uma proteção especial, a qual deve estar consignada na legislação laboral nacional e internacional. O segundo, o neoliberal – que tem estado a ser vencedor –, assente no princípio de que a flexibilidade e a adaptabilidade são inevitáveis e desejáveis, por convergirem com a defesa do princípio do mercado. O terceiro, o dos defensores de uma síntese entre a flexibilidade e a segurança que encontraram no conceito de “flexigurança” um modelo de reforma capaz de combinar a flexibilização do mercado de trabalho com mecanismos de proteção para os trabalhadores. Este último modelo despontou para o debate público em 2006, com a iniciativa da Comissão Europeia do *Livro Verde: Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI*.

As controvérsias associadas a esta proposta oriunda da Terceira Via permanecem. No atual contexto de crise, uma versão musculada de flexibilidade vai afirmando-se, tendo por base uma retórica de proteção de direitos sociais mínimos, que tem como efeito uma harmonização regressiva, e conduzindo,